

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIÇOSA/RN

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de insulinas e insumos destinados ao atendimento de pacientes diabéticos insulino-dependentes do Município de Viçosa/RN., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Material	Unid. medida	Quantidade
1	11098 - Insulina Tipo: Glulisina (CATMAT 403359) Concentração: 100UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Refil (Seringa 3 ML)	Unidade	14
2	11099 - Agulha Uso Médico (CATMAT 439908) Material: Aço Inoxidável, Aplicação: P/ Caneta Aplicadora, Dimensões: Cerca De 32 G X 4MM, Conector: Conector Luer Lock Ou Slip, Protetor C/ Lacre, Tipo Uso: Descartável, estéril	Unidade	14
3	11100 - Insulina Tipo: Glargina (CATMAT 438153) Concentração: 100UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Refil (Frasco 10 ML)	Unidade	12
4	11101 - Insulina Tipo: Degludeca (CATMAT 601405) Concentração: 200UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Aplicador (Seringa 3 ML)	Unidade	14
5	11103 - Insulina Tipo: Aspart (CATMAT 607828) Composição: Com Nicotinamida (Vit B3), Concentração: 100UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável (Frasco 10 ML)	Unidade	14
6	11104 - Insulina Tipo: Degludeca (CATMAT 452616) Associada À Liraglutida, Concentração: 100 U/ML + 3,6MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Adicionais: C/ Sistema De Aplicação (Seringa 3 ML)	Unidade	14
7	11105 - Liraglutida (CATMAT 448754) Concentração: 6MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Em Caneta Aplicadora Preenchida (Seringa 3 ML)	Unidade	14
8	11107 - Leuprorrelina Acetato (CATMAT 305257) Concentração: 3,75MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/Injetável	Ampola	14
9	11110 - Dulaglutida (CATMAT 442521) Concentração: 1,5MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: Em Seringa Preenchida, Adicional: C/ Sistema De Aplicação (Seringa 0.5 ML)	Unidade	14
10	11111 - Semaglutida (CATMAT 462141) Concentração: 1,34MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: Com Sistema De Aplicação (Tubete 3 ML)	Unidade	14

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº Decreto Municipal n.º 003, de 17 de janeiro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento



1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de insulinas e insumos correlatos, destinados ao atendimento contínuo dos pacientes diabéticos insulínos dependentes do Município de Viçosa/RN, constituindo medida essencial à garantia do direito fundamental à saúde e à manutenção da vida dos usuários assistidos pela rede pública municipal.
- 2.2. O Diabetes Mellitus é uma doença crônica que exige acompanhamento permanente e tratamento medicamentoso regular, sendo a insulínoterapia indispensável para pacientes insulínos dependentes. A interrupção ou irregularidade no fornecimento de insulina e insumos, tais como seringas, agulhas, lancetas e tiras reagentes para monitoramento glicêmico, pode ocasionar graves complicações à saúde, incluindo descompensações metabólicas, internações hospitalares e até risco de óbito.
- 2.3. Nesse contexto, a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, possui o dever legal e constitucional de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, conforme disposto no art. 196 da Constituição Federal, bem como garantir a continuidade da assistência farmacêutica básica aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 2.4. A aquisição ora proposta visa atender à demanda regular identificada no município, considerando o número de pacientes cadastrados e em acompanhamento contínuo, bem como a necessidade de reposição periódica dos insumos utilizados no controle glicêmico. Ressalta-se que tais itens são de uso contínuo e indispensáveis ao tratamento adequado, não sendo possível sua descontinuidade sob pena de comprometimento direto da saúde dos pacientes.
- 2.5. Além disso, a contratação busca promover maior eficiência na gestão pública, assegurando o abastecimento regular das unidades de saúde, evitando compras emergenciais e garantindo melhores condições de planejamento, economicidade e controle dos recursos públicos.
- 2.6. Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade da aquisição, tendo em vista seu caráter essencial, contínuo e indispensável à promoção, proteção e recuperação da saúde dos pacientes diabéticos insulínos dependentes do Município de Viçosa/RN, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme item: 37 - LP.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação devido aos seguintes fatores:
- 3.1.1. indefinição prévia do quantitativo a ser demandado
- 3.1.2. indefinição prévia do quantitativo a ser demandado

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Descrição da Solução como Um Todo

- 4.1.1. A solução proposta consiste na implementação de um modelo estruturado e contínuo de fornecimento de insulinas e insumos correlatos, por meio de processo de contratação adequado, preferencialmente com adoção de sistema de registro de preços e entregas parceladas, de modo a assegurar o abastecimento regular e ininterrupto das unidades de saúde do Município de Viçosa/RN.
- 4.1.2. Essa solução contempla não apenas a aquisição dos medicamentos (insulinas) e insumos essenciais (seringas, agulhas, lancetas e tiras reagentes), mas também a organização logística de distribuição, armazenamento adequado e controle de estoque, garantindo que os produtos estejam disponíveis



no momento oportuno para os pacientes em acompanhamento. Trata-se, portanto, de uma solução integrada, que considera todo o ciclo de vida do objeto — desde o planejamento da demanda até a dispensação final ao usuário.

- 4.1.3. A adoção desse modelo permite maior previsibilidade e segurança no atendimento da demanda, reduzindo riscos de desabastecimento, evitando a necessidade de contratações emergenciais e possibilitando ganhos de escala, com reflexos diretos na economicidade e na eficiência da gestão pública. Além disso, favorece o controle e a rastreabilidade dos itens adquiridos, contribuindo para uma gestão mais transparente e responsável dos recursos públicos.
- 4.1.4. Do ponto de vista social e sanitário, a solução possui relevância significativa, uma vez que assegura a continuidade do tratamento dos pacientes diabéticos insulínos dependentes, condição essencial para o controle da doença e prevenção de complicações graves, como hiperglicemia, hipoglicemia, neuropatias, doenças cardiovasculares e insuficiência renal. A regularidade no fornecimento desses insumos impacta diretamente na qualidade de vida dos usuários, reduz internações hospitalares e evita o agravamento de quadros clínicos, aliviando, inclusive, a pressão sobre os serviços de média e alta complexidade do sistema de saúde.
- 4.1.5. Ademais, a solução fortalece a política pública de assistência farmacêutica no âmbito municipal, promovendo o acesso equitativo aos insumos de saúde e garantindo que os pacientes mais vulneráveis não tenham seu tratamento comprometido por limitações financeiras. Nesse sentido, reafirma-se o compromisso da Administração Pública com a efetivação do direito fundamental à saúde, com base nos princípios da universalidade, integralidade e continuidade do cuidado no âmbito do SUS.
- 4.1.6. Portanto, a aquisição planejada e contínua de insulinas e insumos correlatos configura-se como medida estratégica e indispensável para a adequada prestação dos serviços de saúde no Município de Viçosa/RN, assegurando não apenas o tratamento dos pacientes, mas a promoção de dignidade, qualidade de vida e proteção à vida da população assistida. Por se tratar de insulinas e insumos correlatos destinados a pacientes diabéticos insulínos dependentes, a contratação deverá observar rigorosamente parâmetros técnicos e sanitários que assegurem a qualidade, segurança, eficácia e adequada utilização dos produtos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, destacam-se os seguintes requisitos técnicos essenciais:
- 4.1.7. Inicialmente, todos os medicamentos (insulinas) deverão possuir registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em conformidade com a legislação sanitária vigente, garantindo sua segurança, eficácia e qualidade. As insulinas deverão ser fornecidas em suas apresentações padronizadas (ex.: frascos, refis ou canetas), com especificação clara do tipo (regular, NPH, análogos de ação rápida, intermediária ou prolongada), concentração (ex.: 100 UI/mL) e forma farmacêutica, conforme protocolos clínicos adotados pelo SUS.
- 4.1.8. Deverá ser assegurado que todos os produtos sejam entregues dentro do prazo de validade adequado, preferencialmente com no mínimo 75% de sua vida útil total no momento da entrega, de forma a evitar perdas por vencimento e garantir a continuidade do tratamento dos pacientes.
- 4.1.9. No que se refere às condições de armazenamento e transporte, as insulinas deverão obedecer rigorosamente à cadeia de frio, sendo mantidas sob temperatura controlada, geralmente entre 2°C e 8°C, desde a origem até a entrega final, com comprovação por meio de registros de controle térmico. O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, com uso de caixas térmicas, gelo reciclável ou sistemas refrigerados, garantindo a integridade do medicamento.
- 4.1.10. Quanto aos insumos correlatos (seringas, agulhas, lancetas e tiras reagentes), estes deverão atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e possuir certificação de qualidade, além de registro ou notificação junto à ANVISA, conforme aplicável. Deverão ser estéreis, de uso único, descartáveis e acondicionados em embalagens individuais que assegurem a integridade até o momento do uso.
- 4.1.11. As tiras reagentes para monitoramento glicêmico deverão ser compatíveis com os aparelhos glicosímetros utilizados pela rede municipal de saúde, devendo o fornecedor garantir essa compatibilidade, bem como a precisão e confiabilidade dos resultados, conforme padrões técnicos exigidos.



4.1.12. Adicionalmente, os produtos deverão ser entregues devidamente identificados, com informações claras em língua portuguesa, contendo lote, data de fabricação, validade, número de registro na ANVISA e instruções de uso. A rastreabilidade dos lotes deverá ser garantida, possibilitando o controle e eventual recolhimento, caso necessário.

4.1.13. Outro parâmetro relevante refere-se à logística de fornecimento, que deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, evitando o armazenamento excessivo e reduzindo riscos de perdas. O fornecedor deverá possuir capacidade técnica e operacional para atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos.

4.1.14. Por fim, recomenda-se que a contratação exija do fornecedor comprovação de regularidade sanitária, como alvará de funcionamento e licença sanitária vigente, além de boas práticas de armazenamento e distribuição, assegurando que toda a cadeia de fornecimento esteja em conformidade com as exigências legais e regulatórias.

4.1.15. Dessa forma, a observância desses parâmetros técnicos é fundamental para garantir a efetividade da contratação, a segurança dos pacientes e a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da política nacional de assistência farmacêutica. Considerando a natureza dos itens listados (insulinas, análogos e insumos correlatos de uso contínuo e aplicação parenteral), é fundamental que o Termo de Referência estabeleça parâmetros técnicos específicos por grupo de materiais, assegurando padronização, segurança terapêutica e compatibilidade com a rotina assistencial da rede municipal de saúde.

4.1.16. **Parâmetros Técnicos – Medicamentos Injetáveis (Insulinas e Análogos)**

4.1.16.1. Para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.16.1.1. Regularização Sanitária:

4.1.16.1.1.1. Todos os medicamentos deverão possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com comprovação mediante apresentação de número de registro.

4.1.16.1.2. Especificação Farmacológica:

4.1.16.1.2.1. Deverão ser rigorosamente respeitadas as características descritas no CATMAT, especialmente:

4.1.16.1.2.1.1. Tipo de insulina ou fármaco (glulisina, glargina, degludeca, aspart, liraglutida, dulaglutida, semaglutida);

4.1.16.1.2.1.2. Concentração exata (ex.: 100 UI/mL, 200 UI/mL, 6 mg/mL, etc.);

4.1.16.1.2.1.3. Forma farmacêutica (solução injetável);

4.1.16.1.2.1.4. Associação medicamentosa, quando houver (ex.: degludeca + liraglutida).

4.1.16.1.3. Forma de Apresentação:

4.1.16.1.3.1. Refil, frasco-ampola, caneta aplicadora ou seringa preenchida, conforme especificado;

4.1.16.1.3.2. Produtos com sistema de aplicação deverão ser entregues completos e prontos para uso, sem necessidade de adaptação.

4.1.16.1.4. Estabilidade e Validade:

4.1.16.1.4.1. Prazo de validade mínimo de 75% no ato da entrega;



4.1.16.1.4.2. Garantia de estabilidade conforme condições de armazenamento recomendadas pelo fabricante.

4.1.16.1.5. Cadeia de Frio (Critério Crítico):

4.1.16.1.5.1. Transporte e armazenamento obrigatoriamente entre 2°C e 8°C;

4.1.16.1.5.2. Apresentação de controle térmico durante o transporte;

4.1.16.1.5.3. Entrega em embalagem térmica adequada.

4.1.16.1.6. Rastreabilidade:

4.1.16.1.6.1. Identificação clara de lote, validade, fabricante e número de registro;

4.1.16.1.6.2. Possibilidade de rastreamento para fins de farmacovigilância.

4.1.17. Parâmetros Técnicos – Insumos (Aglhas)

4.1.17.1. Para o item 2 (agulha para caneta aplicadora):

4.1.17.1.1. Material e Qualidade:

4.1.17.1.1.1. Aço inoxidável de grau médico;

4.1.17.1.1.2. Esterilização garantida (óxido de etileno ou método equivalente).

4.1.17.2. Dimensões e Compatibilidade:

4.1.17.2.1. 32G x 4mm, conforme especificação;

4.1.17.2.2. Compatibilidade universal com canetas aplicadoras de insulina.

4.1.17.3. Conectividade:

4.1.17.3.1. Sistema Luer Lock ou Slip, conforme padrão técnico.

4.1.17.4. Segurança:

4.1.17.4.1. Protetor com lacre inviolável;

4.1.17.4.2. Produto descartável e de uso único.

4.1.17.5. Normatização:

4.1.17.5.1. Conformidade com normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e registro/notificação na ANVISA.

4.1.18. Parâmetros Técnicos – Medicamento Especial (Item 8 – Leuprorrelina)

4.1.18.1. Apesar de não ser insulina, trata-se de medicamento injetável de uso controlado:

4.1.18.1.1. Forma farmacêutica: pó liofilizado para reconstituição;

4.1.18.1.2. Apresentação: ampola contendo dose unitária de 3,75 mg;

4.1.18.1.3. Acompanhamento: deverá incluir diluente compatível, quando aplicável;

4.1.18.1.4. Controle rigoroso de armazenamento conforme bula (geralmente sob refrigeração);



4.1.18.15. Indicação clínica específica, exigindo controle de dispensação.

4.1.19. Parâmetros Logísticos e Operacionais (Aplicáveis a Todos os Itens)

- 4.1.19.1. Entrega Parcelada: conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.1.19.2. Prazo de Entrega: compatível com a urgência do tratamento contínuo;
- 4.1.19.3. Armazenamento: responsabilidade do fornecedor até a entrega em condições ideais;
- 4.1.19.4. Embalagem: íntegra, sem violação, com identificação completa;
- 4.1.19.5. Capacidade Técnica do Fornecedor:
 - 4.1.19.5.1. Licença sanitária vigente;
 - 4.1.19.5.2. Autorização de funcionamento;
 - 4.1.19.5.3. Boas práticas de armazenamento e distribuição.

4.1.20. Considerações Estratégicas da Solução

- 4.1.20.1. A padronização técnica desses itens garante:
 - 4.1.20.1.1. Segurança no uso pelos pacientes;
 - 4.1.20.1.2. Compatibilidade com protocolos clínicos do SUS;
 - 4.1.20.1.3. Redução de erros de administração;
 - 4.1.20.1.4. Continuidade terapêutica sem intercorrências;
 - 4.1.20.1.5. Eficiência na logística e no controle de estoque.
- 4.1.20.1.6.** Além disso, evita aquisições incompatíveis ou de baixa qualidade, que poderiam comprometer diretamente o tratamento dos pacientes insulínodépendentes..

4.2. Providências de Adequação

- 4.2.1. Não se vislumbram providências de adequação a serem consideradas na solução como um todo.

4.3. Contratações Correlatas ou interdependentes

- 4.3.1. Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda.
- 4.3.2. Não verifica-se contratações interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

- 5.1.1. A presente contratação não apresenta impactos ambientais a serem tratados.

5.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 5.2.1. Na presente contratação será admitida eventuais indicações de marca, característica ou modelo que estejam descritas neste Termo de Referência ou em outro próprio.

5.3. Da vedação de utilização de marca/produto

- 5.3.1. Não haverá vedação de marca/produto na presente contratação.



5.4. Da exigência de amostra

5.4.1. Não será exigida amostra do objeto da presente contratação, estando as licitantes científicas de que os produtos ofertados devem atender as exigências e especificações mínimas constantes no Termo de Referência, sob pena de recusa de recebimento do(s) bem(ns), sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

- 6.1. O fornecimento dos itens será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 6.2. O prazo para entrega dos produtos será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou nota de empenho.
- 6.3. Em situações de urgência devidamente justificadas pela Administração, especialmente para evitar desabastecimento de insulinas ou insumos essenciais, o prazo poderá ser reduzido para até 48 (quarenta e oito) horas.
- 6.4. A contratada deverá manter estoque mínimo regulador, suficiente para garantir o atendimento imediato das demandas emergenciais, considerando a natureza contínua e essencial dos itens.
- 6.5. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa plausível, que será analisada pela autoridade competente, não eximindo a empresa das penalidades cabíveis.
- 6.6. Os produtos deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, observando rigorosamente as condições adequadas de transporte, especialmente no que se refere à manutenção da cadeia de frio para medicamentos termolábeis.
- 6.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Ozéas Pinto, 140, Centro, Viçosa/RN. CEP: 59.815-000.
- 6.8. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 6.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 7.2. ~~Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução~~ será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 7.7. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

Fiscalização Administrativa

- 7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.



- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do seguinte índice de correção monetária:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de Pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do Contratante:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste termo de referência ou no contrato;
- 9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



- 10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 10.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



10.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

10.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;

b. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



i. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem anterior, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem anterior, de 15% a 25% do valor do Contrato.
- e. Para infração descrita na alínea “b” do subitem anterior, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- f. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem anterior, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- g. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem anterior a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

I – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com a seguinte fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Inc. II do Art. 75 da Lei 14.133/21. Será adotado para a seleção o critério de julgamento pelo Menor Preço Por item.

II – Exigências de habilitação

- 12.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 12.2.1. SICAF;
- 12.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 12.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 12.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 12.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



12.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

12.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.14. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

12.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

12.17.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.17.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.17.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.17.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



12.17.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.17.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.17.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação econômico-financeira:

12.18. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso não esteja expresso na certidão o seu prazo de validade, será considerada válida a certidão datada dos últimos 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas.

Habilitação técnica:

12.19. Declaração do fornecedor atestando acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.20. Comprovação de aptidão para o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.21. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.22. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.23. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado da contratação, que será utilizado como critério de classificação de propostas, será elaborado na próxima fase, tendo por base este Termo de Referência, seguindo a metodologia do art. 23 da Lei 14.133/2021 e respectivas regulamentações.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A presente contratação dar-se-á mediante Sistema de Registro de Preços, onde as dotações orçamentárias serão determinadas no momento da assinatura contratual ou expedição do instrumento hábil equivalente.

14.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



- 14.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 14.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 14.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 14.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Viçosa/RN, Nesta Data.

Vanda Maria Bezerra de Campos Batista
Matrícula n.º 190.615-1
Secretaria Municipal de Saúde
Secretária Municipal



Termo de Referência.pdf

Código do documento: DOC-5125D85A-7DE2-4E3D-B05E-72499AF62E36

Hash SHA256: ced442e783dd11a3748cd85b336f0bd8393ee7cbf8a0bab4cc41ba1aed7168cb

Hash SHA512: bae9b191f711654c98315ed8b2573ab9b96e8f3300c31e711dde513336c70f483a0712b64cf9717624936ce492258794658a4190e
d63692beb3a3dc895cfb667



Assinaturas



VANDA MARIA BEZERRA DE CAMPOS BATISTA - E-mail: vicosa:vanda - IP:
172.31.6.207 - Documento de identificação informado(CPF): 19124945404 -
Geolocalização: Não informado - Data: 2026-04-23 14:10:35-03:00 -
Navegador: Chrome - Sistema Operacional: Windows.

Vanda Maria Bezerra De Campos